Coleção

Terras de Quilombos

Rio de Janeiro

Comunidade Quilombola

Caveira

As terras de quilombos são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

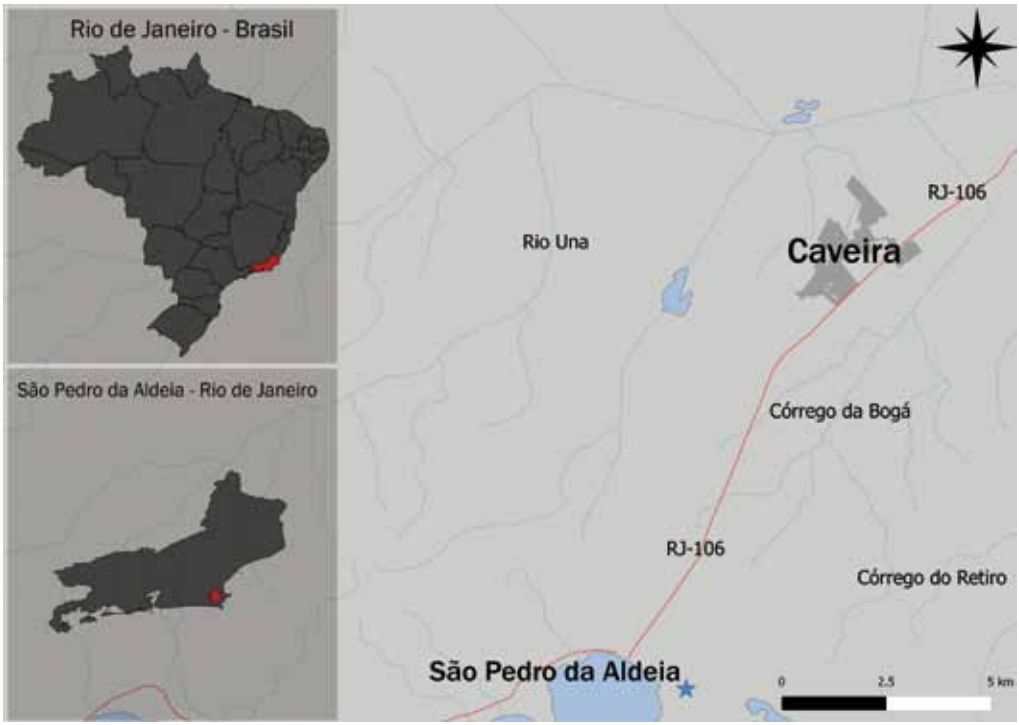
O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.

Comunidade Quilombola Caveira

O Quilombo de Caveira está localizado na área rural do município de São Pedro da Aldeia, que fica a 135 km da cidade do Rio de Janeiro e faz limite com os municípios de Iguaba Grande, Cabo Frio e Araruama. Atualmente, vivem no território de 220 hectares cerca de 280 famílias, ou aproximadamente 1.200 pessoas. A comunidade descende de negros que já ocupavam essa área mesmo antes da abolição da escravatura, trabalhando na lavoura e na criação de pequenos animais. Os laços de parentesco entre os moradores, bem como essas práticas de cultivo e criação, foram fundamentais para a sua união na luta contra as tentativas de expulsão por parte de supostos donos



das terras que chegaram à região em diferentes momentos de sua história.

"Isto aqui era uma fazenda e o nome dela era Caveira", afirma o Sr. Glicério, da família Santos, que nela nasceu em 1927. Caveira fazia parte de uma fazenda enorme, chamada Campos Novos, dos jesuítas. Corresponde hoje à área que abrange todo o município de Búzios e parte de Cabo Frio e São Pedro de Aldeia. Caveira era o lugar onde as carcaças de gado morto eram deixadas – e os esqueletos dos animais ficavam expostos –, bem como o local onde eram enterrados os corpos de escravizados.

Guardar o nome Caveira é uma forma de lembrar a violência e a crueldade do tráfico negreiro e, ao mesmo tempo, apontar para os novos tempos da resistência das comunidades quilombolas que lá se formaram. A história da escravidão na Região dos Lagos, e em todo o litoral fluminense, se confunde com a história da Fazenda Campos Novos e suas subdivisões ao longo do tempo, na época em que funcionava como centro distribuidor de escravizados africanos desembarcados em Búzios. Os escravizados eram levados até à sede da Fazenda Campos Novos e ali passavam por uma triagem. Alguns eram encaminhados às fazendas nucleares, onde passavam por uma chamada "engorda", quando se recuperavam da viagem no tumbeiro. Nos casos mais dramáticos, em que chegavam mortos ou quase-mortos, eram enviados à Fazenda da Caveira, onde pilhas de cadáveres eram enterradas, sendo esta a origem do nome da fazenda e hoje Quilombo da Caveira.

Comunidades quilombolas vizinhas ao Quilombo de Caveira – entre elas Rasa, Botafogo e Preto Forro – compartilham uma história semelhante e também participam da reivindicação da titulação de suas terras. A comunidade Preto Forro, situada no bairro rural do Angelim, em Cabo Frio já obteve a titulação de suas terras como quilombo.

Com a memória que percorre os vários ciclos da história do país – da Companhia de Jesus no século 17 ao cemitério de escravizados, passando pelo governo Vargas e pela ditadura militar até os dias de hoje – o Quilombo de Caveira uniu a consciência da luta de trabalhadores agrícolas e de quilombolas.

Igual na África

A história das famílias da Caveira é preservada pelos moradores mais antigos do quilombo, que mantêm vivo o que aprenderam com seus pais e avós sobre as origens da comunidade: “O velho Severino da Silveira, filho de escravos, nascido no dia da libertação. Através dele é que veio a minha família, no caso o meu pai, que é Vitor Salustiano dos Santos”, diz o Sr. João, um dos guardiões da memória na Caveira. “Severino, Zé Marciano e Marcelo Gaspar viviam no Retiro e eu sei da história que eles vieram para aqui porque alguns dos meus irmãos nasceram lá. Eu tenho três ou quatro que nasceram lá, somos dez, e vieram para aqui já em tamanho grandinho. Eu nasci aqui, eu e mais uns quatro ou cinco irmãos nascemos aqui, na Fazenda da Caveira.”

“Eram quatro famílias mesmo que tinha aqui”, diz o Sr. Glicério, referindo-se aos primeiros moradores da comunidade de que se tem lembrança. “Era tudo gente de casa, fomos criados tudo junto. Não era africano não, mas era igual na África, a família era mais a África, mais preto.” “Família do lugar mesmo era a do meu pai, José Marciano de Souza; a do pai dele, Victor Salustiano dos Santos; e a do meu tio, que é Severino da Silveira, irmão da minha mãe”, conta Dona Aquilina, mulher do Sr. Glicério. “Aí, depois foi tendo mais gente, foi chegando, chegando, que está tudo cheio”.

Segundo o Sr. Glicério, existia ainda a família de Bento Rodrigues, mas “desmancharam a fazenda, ele se deslocou pro lado de Cabo

Sr. Glicério e Dona Lola
Fonte: Naldinho Lourenço (arquivo pessoal)

Frio, saiu da fazenda, aí morreu e foi morrendo um bocado e a família foi desmontando e não voltou mais". Dona Almerinda, que morava no Angelim, conta que, no início da década de 1960, se casou com o Sr. João e mudou-se para a Caveira. "(Nesse período) só via família, você andava por aí, você só via negro, era parente de João, dos Santos, que é de João, tinha a da Silveira, que é de seu Joaquim, marido de dona Rosa, e tinha a família dos Souzas. Praticamente eram essas famílias aqui."

Breve história

No século 17 foi instalada na região a Fazenda de Santo Ignácio dos Campos Novos, onde está localizado o quilombo. Essa era a principal fazenda da região e sede de outras menores ao seu redor. Tornou-se um importante centro de abastecimento, por exemplo, de gado, hortaliças e madeiras. Dentre as outras fazendas que estabeleciam relações com Campos Novos estavam Fazendinha, Bahia Formosa, Botafogo, Caveira, São Jacintho, Piraúna, Itauna, Angelim e Araçá. Sob a direção dos jesuítas, o objetivo inicial de Santo Ignácio dos Campos Novos era empregar e controlar os índios da região. Posteriormente, a fazenda passou a usar o trabalho de negros escravizados, tornando-se também um ponto de distribuição dos que chegavam da África em navios e desembarcavam em Búzios. Na Fazenda de Campos Novos, os negros recém-chegados passavam por uma seleção: os que estavam

Antiga sede da Fazenda Campos Novos. No local, atualmente funciona a Secretaria de Agricultura de Cabo Frio. Fonte: Relatório Antropológico.

em boas condições físicas eram enviados para outras regiões; já os que chegavam com a saúde debilitada, devido às terríveis condições dos navios negreiros, iam para o conjunto de fazendas que compunham Campos Novos para se recuperarem, antes de serem vendidos.

Tal procedimento continuou até 1759, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil. A fazenda principal foi desmembrada e as outras passaram a ter novas administrações. Após a abolição da escravatura, os recém-libertos continuaram morando nas terras dessas fazendas. Lá constituíram suas famílias e, em troca do direito do uso da terra, ofereciam trabalho nas plantações de fazendeiros. Essa relação se manteve até 1924, quando chegou à região o alemão Eugene Honold, que comprou algumas das fazendas de Campos Novos, incluindo a Fazenda Caveira. "Quando o alemão Eugene Honold chegou, ele açambarcou a terra todinha", relata o Sr. Glicério. "Eu ouvia o povo mais velho dizer que Honold passava hoje aqui, via uma fazenda, oferecia um dinheiro para comprar, o camarada não queria vender. Aí, amanhã ele voltava. Quando chegava amanhã, o dono da fazenda já estava com medo porque era alemão, aí vendia."

Desde a década de 1930, o governo de Getúlio Vargas estabeleceu leis restritivas à entrada de imigrantes em território brasileiro em defesa do trabalhador nacional. No ano de 1943, Getúlio Vargas estabeleceu o decreto/lei número 5.452, conhecido como a Consolidação das Leis do Trabalho, criando leis trabalhistas mais rígidas. Isso fez com que muitos fazendeiros abandonassem as suas fazendas. Foi nesse contexto que Eugene Honold deixou as fazendas aos cuidados dos que ali moravam. "Honold foi embora, sumiu", lembra o Sr. Glicério. "Nós ficamos. (...) é que, na época da ditadura, o Getúlio Vargas não dormia com processo... Ele foi arrochando os imigrantes, Honold teve que ir embora. Ele largou... Naquela época, Getúlio Vargas botou processo em cima dos imigrantes, ele teve que sair."

Quando Eugene Honold abandonou as fazendas, quatro famílias trabalhavam na Campos Novos: Santos, Silveira, Souza e Rodrigues, todas descendentes diretas de negros escravizados. O período do

abandono é considerado pela comunidade como um tempo de fartura. "Naquela época se escolhia o lugar em que se queria entrar", diz o Sr. João. "Você cismava assim e entrava no mato, e metia foice, fazia roça, não tinha demarcação, escolhia: 'Vou fazer a minha roça aqui'." Esse foi o tempo de maior liberdade dos moradores de Caveira. Eles podiam, por exemplo, comer laranja, que, anteriormente era controlada pelos fazendeiros.

Eugene Honold entregou a um de seus filhos os cuidados das fazendas. Ele morava na capital e delegava a administração das propriedades a um empregado, conhecido como "Português". Quando o filho de Eugene Honold morreu sem deixar herdeiros, o Português perdeu o gosto de ser empregado da fazenda, comprou uma casa e foi morar em Barra de São João, segundo o Sr. Glicério.

Apesar de os negros ocuparem a Fazenda da Caveira desde os tempos da escravidão, eles eram obrigados a fazer acordos com os fazendeiros que passavam a adquirir a propriedade da terra. Nesses acordos, eles deveriam doar alguns dias de trabalho. Durante a administração do Português, esse contrato verbal continuou e os trabalhadores "iam lá, pagavam o dia, faziam horta, plantavam um legume, um dia por semana, cada um podia fazer sua lavourazinha que a força desse para fazer", comenta o Sr. João.

A resistência do povo da Caveira

Depois da morte do filho de Eugene Honold, começaram as perseguições e tentativas de expulsão do povo da Caveira. No final da década de 1950, chegou às fazendas um italiano, conhecido como "Marquês", com sua esposa e dois filhos. Pela primeira vez, foi exigido dos moradores da comunidade que assinassem um contrato para permanecerem em suas próprias terras. O contrato não tinha valor legal, mas nem todos sabiam disso. O Marquês ainda impôs "que o povo não fizesse o pasto, não permitia que se conversasse no serviço, as pessoas que fumavam ele mandava embora", relata Sr. João.

Com essas medidas, o Marquês pretendia que os moradores do quilombo desistissem do lugar, mas eles resistiram e não abandonaram suas casas. Diante dessa situação, o italiano começou a expulsar a comunidade com o uso da força: "Botou o povo na rua, desmanchou casa, botou trator, acabou com a roça, fez tudo quanto é tipo de atrocidade para tirar o povo", dizem o Sr. João e o Sr. Glicério. Nesse momento, jagunços foram contratados para reforçar as ameaças e expulsar o povo da Caveira de suas terras. Com as constantes perseguições, eram impedidas as atividades do cotidiano da comunidade, como plantar suas roças, construir casas e criar pequenos animais.

O Marquês expulsou também, na década de 1950, inúmeras famílias do lugar chamado Rasa, vizinho de Caveira. Algumas dessas famílias foram morar perto do Rio Una. Ainda, na década de 1960, foi instalada a Base Aérea e Naval de São Pedro da Aldeia e essas famílias tiveram que ser transferidas de região, indo para a chamada Restinga. Ali está localizado o Quilombo Botafogo, comunidade vizinha de Caveira.

Nessa época, a comunidade contou com o apoio da Associação dos Lavradores de Botafogo e Caveira, criada por volta de 1950. Com a Associação, eles buscaram ajuda legal e foram aconselhados por advogados a pagar pelo uso da terra mediante depósito judicial. Em contrapartida, o Marquês deveria apresentar documentos que comprovassem a titularidade das terras. Entretanto, o que ele queria mesmo era que a comunidade deixasse o local. Assim, o italiano continuou com as tentativas violentas de expulsão. "Foi preciso botar peito com ele para ele não nos retirar, porque, se a gente amolecesse com ele, ele botava a casa abaixo", diz o Sr. Glicério.

O Marquês foi mudando suas estratégias à medida que a comunidade resistia. Passou a negociar pequenos pedaços das terras da Fazenda Campos Novos com outras pessoas, como um delegado da cidade de Cabo Frio, que o apoiou na expulsão do povo da Caveira e, em troca, recebeu porções de terras. A comunidade começou a ser ameaçada por policiais, que entravam armados nas terras. Nesses episódios, muitos moradores se machucavam, iam presos ou fugiam.

“A luta nunca acaba, a luta é sempre assim mesmo”

Dona Almerinda, mulher do Sr. João, lembra que precisamente em 6 de abril de 1964, portanto logo no início da ditadura militar, foram presos “o Afonso, irmão do João, e mais um bocado de lavradores”. Nesse dia, em que nasceu João Carlos, filho de Dona Almerinda, o delegado aproveitou a presença dos soldados militares, que estavam na região a mando do governo federal, para ameaçar os moradores do quilombo e perseguir os supostos comunistas que trabalhavam na Companhia Nacional de Álcalis. “Quem ele prendeu, prendeu, e quem ele não prendeu, botou o pessoal para desmanchar as casas, desmanchar lavoura”, diz o Sr. Francisco, um dos netos de Severino da Silveira. “O que ele teve condição de destruir, ele destruiu nessa época.”

Como forma de se proteger das ameaças que estavam sofrendo, os moradores de Caveira e Botafogo se juntaram e se revezavam para vigiar as comunidades. Eles se dividiam em duas turmas: uma ficava de plantão em Botafogo e outra em Caveira. Quando os soldados apareciam, eram disparados rojões para alertar os moradores, que se reuniam para socorrer quem estivesse com problemas.

Devido à resistência dos moradores do quilombo, o Marquês desistiu das fazendas. O delegado passou, então, a ser “o dono” das terras e continuou com o objetivo de expulsar os moradores, que seguiram resistindo. Por não conseguir efetivar o despejo, o delegado vendeu a fazenda. “Passou para outro cidadão que imperou aí até uns oito anos atrás, ele e os descendentes deles”, conta o Sr. Francisco. “Aí, passou para outro cidadão. Aí, já foram dividindo a fazenda entre os filhos, cada um foi assumindo a sua parte, também venderam, todos eles venderam (...). Saía um, entrava outro. Aí, a guerra começava tudo de novo.” E segundo Sr. Glicério, “a luta nunca acaba, a luta é sempre assim mesmo.”

As lavouras

As lavouras da comunidade foram uma importante forma de resistência diante de todas as tentativas de expulsão. Na época das perseguições e ameaças, as lavouras eram um sinal concreto da forma produtiva de ocupação das terras pelo povo da Caveira. "Naquela época, quanto mais famílias houvesse, mais fortalecia nossa luta", lembra o Sr. João. "Elas nos ajudavam nos momentos de guerra. Tivemos exemplos aqui de família que foi embora daqui, que deixou o sítio, e nós tivemos que ocupar com outras pessoas para que os fazendeiros não botassem jagunços no meio."

Até a segunda metade da década de 1950, a maioria das famílias do quilombo da Caveira conseguia se sustentar com o trabalho na lavoura, cultivando milho, feijão e mandioca, complementado pela criação de pequenos animais, como galinhas, patos e porcos. "Quando não vendia aqui na área, a gente levava para comerciar em Cabo Frio", conta o Sr. Glicério. "Enchia o *jacá* (cesto feito de bambu) e ia de cavalo comerciar em Cabo Frio. Não era feira, naquela época tratava quitanda. Era barraquinha, a gente negociava assim, vendendo o dia inteiro. Quando não vendia tudo, a gente deixava guardado lá para voltar no dia seguinte."

Depois disso, surgiram as feiras livres. As mercadorias passaram a ser levadas em carro alugado e os produtos iam para São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Arraial do Cabo. "As pessoas que trabalhavam na beira da praia com quiosques vinham à feira comprar nossas mercadorias", diz o Sr. João, revelando a grande procura pelos produtos que vendiam. "As donas saíam de casa no fim de semana e iam à feira comprar essas mercadorias, porque eram fresquinhas."

Dona Rosa Geralda da Silveira era uma moradora que se destacava pela quantidade de farinha que produzia. "Essa mulher vendia 30 sacos de farinha no varejo na feira de Cabo Frio", conta o Sr. João. "Tinha uma casa de farinha na Dona Rosa, outra ali onde hoje é o campo do futebol, que era a casa de um irmão do Joaquim (marido da Dona Rosa), diz Dona Almerinda. "Era um engenho de farinha bem grande."

Nesse local, os outros moradores se reuniam "para raspar mandioca, um ajudava o outro a ralar", lembra o Sr. João. "Antigamente era rolete, não era motor, aí convidava, tinha o café com aipim, o biju..." Era tanto trabalho que "pegava quatro horas da manhã e ia até três, quatro horas da tarde mexendo farinha", e a produção chegava de uma única vez a "cinco sacos e um alqueire, que significa 275 quilos de farinha", completa. "Uma saca de farinha precisa de 150 kg de mandioca", diz o Sr. Francisco. "Nós arrancávamos 500 kg de mandioca, digamos, às oito horas da manhã, duas horas da tarde a farinha já estava no saco, pesadinha. Uma saca de farinha tem 50 kg. Todo mundo ganhava, todo mundo comprava do outro e ninguém ficava com a mercadoria encalhada, porque aquele que não tinha condições de sair, ficava produzindo."

Plantação de mandioca. Fonte: Relatório Antropológico

Conquista da Escola Dona Rosa Geralda da Silveira

O nome da escola da comunidade é em homenagem a Dona Rosa Geralda, grande produtora de farinha do quilombo e uma das protagonistas das lutas da comunidade. Ela foi inaugurada em 28 de maio de 2013, depois de anos de luta para conquista desse pleito. Segundo o Sr. Francisco, neto do Sr. Severino da Silveira, essa era uma grande demanda da comunidade, pois as crianças iam para a escola em Cabo Frio.

Área externa da Escola Rosa Geralda da Silveira.
Foto: Daniela Yabeta (arquivo pessoal).

Quadro com retrato de Dona Rosa exposto na escola.
Foto: Daniela Yabeta (arquivo pessoal)

Outras demandas da comunidade eram o fornecimento de luz e água encanada. Até 2009, o fornecimento de iluminação ainda era precário. A comunidade também não tinha água encanada nem sistema de esgoto, pois a empresa responsável pelo serviço alegava que somente poderia atender a área urbana do município de São Pedro da Aldeia. O Sr. João Carlos, filho de Dona Almerinda, lembra que a luz foi instalada em 1981 ou 1982: “Eu fui ter televisão em casa eu já era adulto, ela era à bateria”. “Fazia tudo com vela, com lamparina, com lampião”, conta sua mãe. Até aquela época, as noites de lua cheia eram aproveitadas para passear e visitar os parentes.

Orgulho quilombola

Permanece nas lembranças do quilombo de Caveira, o conhecimento das propriedades medicinais de algumas plantas. Sr. Inácio recorda que sua mãe "fazia homeopatia". Era muito comum o uso das plantas como remédio. Tratavam de gripes, pequenas lesões, dores de cabeça, dentre outras doenças. A comunidade também celebrava inúmeras festas ao longo do ano: a Festa Junina, o Dia do Trabalhador (1º de maio) e o Natal. Segundo Dona Almerinda, "antigamente, a gente fazia aquela comida de Natal, aquela coisa, o dia todo cozinhando. Aí, chegava um, comia um bocado aqui, chegava outro, comia outro bocado na outra casa, era com a família toda". E ainda, na década de 1960, os homens da comunidade criaram um time de futebol "que era o Flamenguinho, depois botamos o nome de Botafoguinho", relembra o Sr. João. O time da Caveira disputava campeonatos com outras equipes de futebol da região.

A dinâmica da comunidade foi mudando ao longo dos anos. Até 2010, viviam na comunidade 162 famílias que se reconheciam como descendentes dos primeiros negros que moravam na antiga fazenda. Mas, devido às ocupações ocorridas ao longo dos anos, o território do quilombo é também habitado por outras famílias que não têm ligação com a comunidade. Algumas dessas pessoas são consideradas pelos quilombolas como parceiras, pois lutam nos conflitos pela terra. Outras, por sua vez, ocupam o território da comunidade de forma contrária às leis de regulamentação e preservação do meio ambiente, com a prática, por exemplo, da extração de areia para comercialização.

Em 2005, alguns vizinhos, que atualmente ocupam o território da comunidade, propuseram um Termo de Acordo Amigável ao povo da Caveira, intermediado pela Prefeitura de São Pedro da Aldeia. Entretanto, o Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria da República do Município, considerou que o Acordo não estava adequado aos direitos assegurados às comunidades quilombolas. "Se for analisar a proposta, (...) nós é que estamos aqui 50 vezes mais do que eles, porque eles vieram aqui para destruir e nós não somos destruidores" comenta o Sr. Glicério. "Eu

quero a terra para trabalhar, conforme eu estou trabalhando aqui. Nós não podemos desfazer de nossa terra, que nós lutamos por ela, para dar a eles de mão beijada. Eu quero é que respeitem a minha área porque eu respeito a deles."

O quilombo de Caveira e o quilombo de Botafogo estão unidos em uma mesma Associação, como forma de reforçar as suas lutas. Anteriormente, tinha o nome de Associação de Lavradores de Botafogo e Caveira e, mais recentemente, mudou para Associação de Remanescentes de Quilombo Botafogo e Caveira. Uma das pautas das reuniões é buscar as melhores soluções para os conflitos com a vizinhança. A Ata da Assembleia de 22 de maio de 2004 começa orgulhosamente com a leitura feita pelo Sr. Roberto dos Santos, filho do Sr. Glicério, da publicação do Certificado da Fundação Cultural Palmares, reconhecendo o povo da Caveira como comunidade quilombola.

Atualmente, o povo de Caveira aguarda a titulação de suas terras: "Não é para se envergonhar de ser descendente de escravo, é para se ter orgulho", diz o Sr. João. "O que está faltando para todo esse povo que vem sofrendo nesta luta centenária é a titulação da terra", conclui o Sr. Francisco.

Sr. Roberto e Sr. Manoel. Fonte: Relatório Antropológico.

Esta narrativa foi escrita por Luciana Célia da Silva Costa com base no Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sócio-Cultural "A Comunidade Remanescente de Quilombo da Caveira" de junho de 2009, coordenado por Andréia Franco Luz. Informações adicionais do site do Incra: http://www.incra.gov.br/noticias/familias-quilombolas-se-reunem-na-regiao-dos-lagos-do-rio-de-janeiro e do site do Observatório Quilombola: http://www.koinonia.org.br/oq/noticias-detalhes.asp?cod=12957

Uma palavra da comunidade

Caveira

A nossa comunidade, Caveira Botafogo, cresceu muito nos últimos anos, mas nosso território foi reduzido a 220 hectares em sua área total. No entanto, a certificação concedida pela Fundação Cultural Palmares dá o território tradicional como somando 720,73 hectares. A principal conquista da comunidade foi a construção da Escola Rosa Geralda da Silveira, mas ela ainda não funciona dentro dos parâmetros de educação quilombola definidos pelo Ministério da Educação (Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, e as leis 11.645/2008 e 10.639/2003). Além disso, na comunidade só temos escola até o ensino infantil, de forma que os pais têm que buscar vagas em outras escolas, fora da comunidade, para os filhos que ingressam no ensino fundamental.

A nossa comunidade tem várias necessidades, dentre as quais o saneamento básico, mais acesso a saúde, transporte, segurança, educação, meios de comunicação, incluindo a internet, áreas para lazer e para a prática de esportes, para tirar as crianças da ociosidade, tratamento dos idosos, deficientes mentais, deficientes físicos, saúde da mulher e da criança, assistência social, habitação rural, benefícios como o Bolsa Família e a tarifa social. Também precisamos de mais atenção e apoio para as atividades de agricultura familiar, de forma que os pequenos produtores possam ter alternativas de trabalho na comunidade.

Logomarca da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Botafogo-Caveira. O símbolo retrata o quilombola fugindo dos fazendeiros para não ser morto. Fonte: ARQBC

Várias pessoas foram importantes na luta da comunidade: Silvio Severino da Silveira, Ilson dos Santos, Messias Severino da Silveira, Maciel Severino da Silveira, Luiza Liberata da Conceição dos Santos, Deoclécio Avelino da Silva.

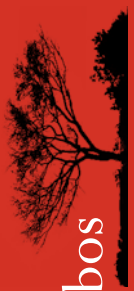
Ainda estamos lutando, ainda não acabou, nós ainda sofremos algumas perseguições. Já se passaram diversas gerações, meus netos já estão na quinta geração e continuamos na mesma. Quando a comunidade vai se ver livre? Só no papel não adianta, temos que ver a execução!

Nosso maior sonho é que a comunidade seja titulada para que nossos filhos vivam em paz.

Sede da Associação da comunidade.
Fonte: Relatório Antropológico

Vista do território. Fonte: Relatório Antropológico

Este texto foi escrito por Roberto dos Santos, conhecido como Robertão, liderança da comunidade.



Terras de Quilombos

Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Aline Neves Rodrigues Alves, Isabella G. Miranda, Luciana Costa, Marilene Ribeiro, Suely Virgínia dos Santos
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

C331q Costa, Luciana Célia da Silva.
Quilombo de Caveira / Luciana Célia da Silva Costa
- Belo Horizonte: NUQ/FAFICH: OJB/FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de Quilombos)
Essa narrativa foi baseada no Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural, da Comunidade Remanescente de Quilombo da Caveira. Elaborado em Junho de 2009, sob a coordenação de Andréia Franco Luz.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Luz, Andréia Franco. Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural, da Comunidade Remanescente de Quilombo da Caveira. I. Título. II. Série.

CDD:306
CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconcepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG NuQ CERBRÁS CES - AL
INCRA Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais
nead Ministério do Desenvolvimento Agrário
GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA